

CORPOS NA MARGEM: ACESSO E GARANTIA DE DIREITOS À SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+

BODIES ON THE MARGIN: ACCESS AND GUARANTEE OF HEALTH RIGHTS FOR THE LGBTQIAPN+ POPULATION

Séphora Juliana dos Santos¹
Milton Luis Barreto Vieira²
Pedro Henrique Reis Divino³

Resumo: o acesso e a garantia dos direitos à saúde da população LGBTQIAPN+ no Brasil apesar de ser baseado nos direitos à saúde e na política de equidade, não é possibilitado, nem garantido. O objetivo do estudo versa sobre a análise das barreiras enfrentadas para a efetivação desse direito no Sistema Único de Saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que identifica, analisa e sintetiza dados científicos sobre o tema no contexto brasileiro, entre 2019 e 2025, com foco nas políticas públicas e na influência de retrocessos políticos. A pesquisa bibliográfica encontrou sete artigos que evidenciam fragilidades estruturais nos serviços de saúde, invisibilização, preconceito, falta de preparo técnico dos profissionais e dificuldades específicas para as pessoas transgênero e não binárias. O estudo indica que, apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral para a população LGBT, persistem desafios vinculados ao acolhimento, acesso a tratamentos, medicamentos e suporte biopsicossocial, agravados por estigmas, discriminação e violência institucional. Verificou-se a necessidade urgente de práticas e políticas públicas que promovam atenção integral, inclusiva e sensível à diversidade, respeitando as identidades e reduzindo as vulnerabilidades dessa população para garantir o direito à saúde com equidade.

Palavras-chave: Acesso aos serviços de saúde; Direitos humanos; Minorias sexuais e de gênero.

Abstract: the access to and guarantee of health rights for the LGBTQIAPN+ population in Brazil, despite being based on health rights and equity policies, are neither enabled nor guaranteed. The study's objective concerns the analysis of the barriers faced in the effective realization of this right within the Unified Health System. This is an integrative literature review that identifies, analyzes, and synthesizes scientific data on the topic in the Brazilian context from 2019 to 2025, focusing on public policies and the influence of political setbacks. The bibliographic research found seven articles that demonstrate structural weaknesses in health services, invisibility, prejudice, lack of technical preparation among professionals, and specific difficulties for transgender and non-binary people. The study indicates that despite the existence of the National Comprehensive Health Policy for the LGBT population, challenges persist related to reception, access to treatments, medications, and biopsychosocial support, exacerbated by stigmas, discrimination, and institutional violence. There is an urgent need for practices and public policies that promote comprehensive, inclusive, and diversity-sensitive care, respecting identities and reducing vulnerabilities to guarantee the right to health with equity.

Keywords: Accessibility of Health Services; Human Rights; Sexual and Gender Minorities.

¹ Enfermeira, negra, sanitária, LGBTQIAPN+ e atuante do SUS. Graduada pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família, Enfermagem do Trabalho e Saúde Ocupacional, Docência para a Educação Profissional e Tecnológica. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Sergipe e Membro do Núcleo de Investigação em Saúde Coletiva Universidade Federal De Sergipe.

² Psicólogo pela Universidade Tiradentes (UNIT). Atuante na área clínica. Acredito em uma clínica inclusiva, em uma abordagem psicanalítica contemporânea, que valorize a diversidade e a pluralidade do ser. Pós-Graduando em Psicologia Social e Psicopedagogia e Educação Inclusiva.

³ Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Técnico em Eletromecânica pelo Instituto Federal de Sergipe (IFS). Bolsista PICVOL nos projetos: "Estudo da neuropsicologia dos transtornos neurológicos" (2017-2018); "Grupo focal sobre precarização do trabalho com operadores do Direito do Trabalho" (2019-2020); "Revisão sistemática sobre fenômenos do comportamento organizacional" (2020-2021).

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 rege que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Além de que, a partir da Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, foi reafirmada e reforçada a importância de um sistema que atenda a todos independente das suas especificidades e diversidades respeitando a universalidade, integralidade e equidade. Com isso, o Ministério da Saúde e a Carta de Direitos do Usuário do SUS preveem políticas que atendam esses preceitos a fim de promover o acesso e uma assistência à saúde que seja equânime sem discriminação, acolhedora e humanizada. A partir disso, ao pensar na importância de garantia de saúde e de acesso de todos, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) (Brasil, 2016).

Diante disso, ao considerar que a promoção e prevenção à saúde está sendo efetiva devido às ações positivas de mobilização de mulheres cisgênero para a realização do Papanicolau é perceptível que não se considera um dos princípios mais importantes atribuídos pelo SUS: a equidade. Ao considerarmos a equidade como ferramenta de inclusão nos serviços de saúde, em especial, de pessoas transgênero e não binárias, devemos analisar se há um acesso justo e adequado às necessidades de cada indivíduo, respeitando suas identidades e realidades específicas (Roncon *et al.*, 2020).

Contudo, para além da ausência de foco nesse público, atualmente, nos serviços de saúde existem diversas dificuldades que afastam esses usuários, tais como: dificuldades no acolhimento, na marcação de consultas, falta de preparo técnico dos profissionais, além do desconforto causado pelo exame ao usuário e questões relacionadas à disforia de gênero. Logo, ao vislumbrar que as estimativas de risco de desenvolvimento de câncer de colo do útero para além da população focal cisnormativa são reais e que os homens trans e os indivíduos não binários não estão sendo captados, faz-se necessário entender o contexto da escassez de informações em relação à captação, promoção e prevenção do câncer relacionado ao HPV nessa população (Sampaio *et al.*, 2023; Mota *et al.*, 2021).

Diante do exposto, considerando a importância do acolhimento e assistência à saúde para a garantia das políticas de equidade no Sistema Único de Saúde, o presente estudo tem como objetivo analisar a garantia do direito ao acesso à saúde da população LGBTQIAPN+.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste na identificação, na análise e na sintetização de dados científicos acerca de um determinado tema que possibilitem o entendimento de informações produzidas durante um determinado período. A definição do tema de pesquisa baseou-se na estratégia PICO, acrônimo para P: população; I: intervenção; C: comparação/controle; O: desfecho (Santos; Pimenta; Nobre, 2007).

Sendo assim, o P: a população LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e demais identidades

dissidentes); o I: Políticas públicas de saúde relacionadas a população LGBTQIAPN+; o C: Cenários políticos marcados por retrocessos de ações anti-LGBTQIAPN+; o O: Impactos no acesso e qualidade dos serviços de saúde prestados.

Com isso, a pergunta que norteou o presente estudo foi: Como políticas públicas conservadoras influenciaram o acesso à saúde da população LGBTQIAPN+ no período de políticas de retrocesso?

A pesquisa bibliográfica foi realizada elegendo-se uma fatia temporal de seis anos para coletar os dados de análise: janeiro de 2019 a janeiro de 2025, restrito a estudos desenvolvidos no Brasil. O recorte temporal foi restringido ao período para correlação às políticas restritivas ao acesso à saúde, além da consideração de um momento político considerável ao entender o período da pandemia da COVID-19 e do “desgoverno” mediado de desinformação e falta de acolhimento pelo poder público federal.

A busca foi realizada em quatro bases de dados, sendo elas: Index Psicologia (INDEXPSI), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e National Library of Medicine's (MEDLINE), PubMed Central (PMC), Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Os dados foram selecionados por meio dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Na estratégia de busca foi utilizada a combinação com um operador booleano, sendo esse “AND”. A partir disso, a busca se deu mediante as combinações: Minorias sexuais e de gênero AND Direitos humanos AND Acesso aos serviços de saúde. E os correlatos em inglês: Accessibility of Health Services AND Human Rights AND Sexual and Gender Minorities.

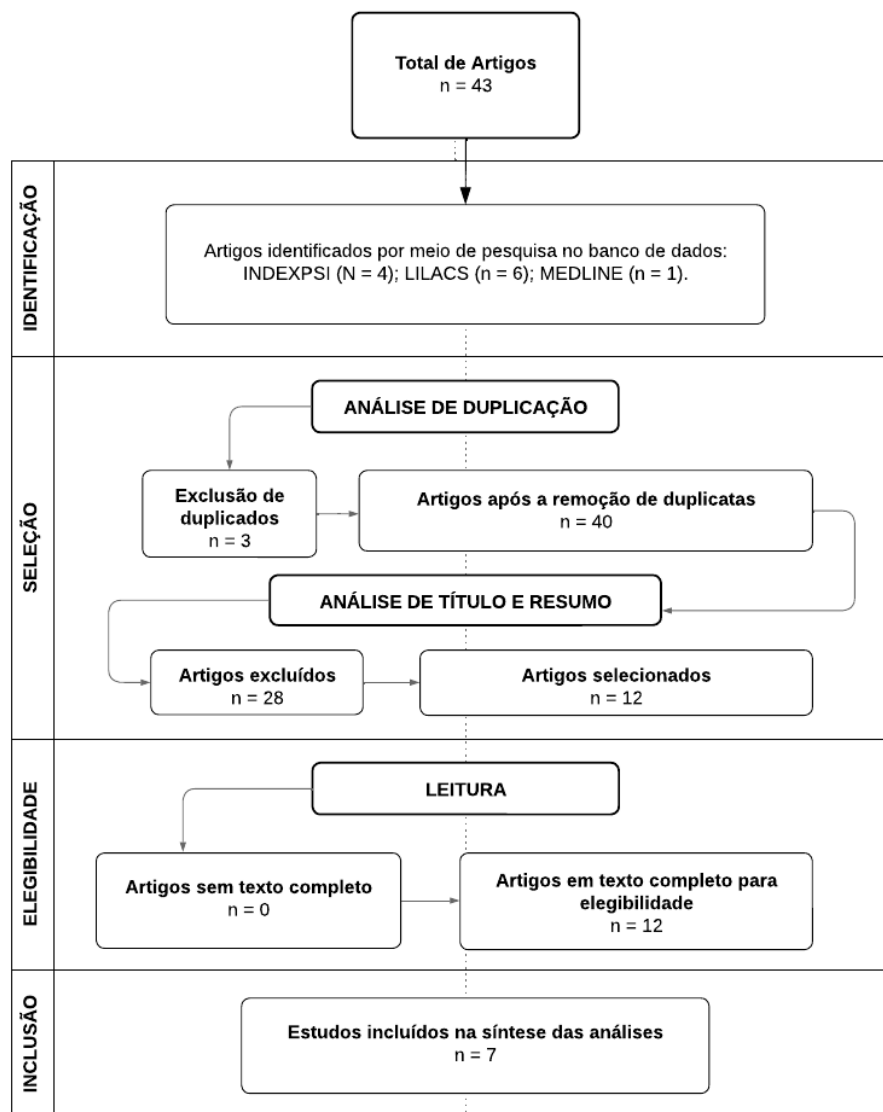
Foram considerados como critérios de inclusão arquivos bibliográficos que abordassem a temática principal do artigo, o acesso de minorias sexuais de gênero aos serviços de saúde considerando a garantia dos direitos humanos básicos; além de que fossem disponíveis de modo gratuito, eletrônico e na íntegra em qualquer idioma. Ainda, considerando os critérios de exclusão, foram excluídos dos achados da pesquisa resumos de eventos, manuais teóricos e as duplicatas encontradas.

Ao agrupar os achados, considerando a melhora da compreensão do método de seleção dos estudos, foi utilizado um método de estruturado por meio de fluxograma, considerando as informações orientadoras do guia dos Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises (PRISMA). Foram dispostos os quantitativos alcançados considerando as etapas descritas no Guia: Identificação, Seleção, Elegibilidade e Inclusão. A fim de garantir o rigor e a qualidade no processo da elaboração e do relato de revisões sistemáticas e meta-análises, o guia apresenta um conjunto de diretrizes criadas para garantir a transparência no processo de descrição dos dados.

Com isso, foram identificadas 43 publicações nas bases de dados BDENF, LILACS e MEDLINE, PubMed. Ao considerar a busca feita na SciELO, não foram obtidas informações que representassem os descritores selecionados. Dessas publicações, foram excluídas 31,

considerando os critérios de exclusão do artigo. A partir disso, foram selecionados 12 estudos para leitura do texto completo. Após a leitura na íntegra, a amostra final foi composta por sete artigos científicos. O processo de pesquisa e seleção da amostra está na Figura 1.

FIGURA 1 - Fluxograma de seleção dos estudos de acordo com o Guia PRISMA.



Fonte: Autores (2026)

Com a busca obteve-se o achado inicial de 43 artigos, porém, por fim, foram selecionados sete artigos. O Quadro 1 descreve os estudos selecionados conforme autoria do estudo, ano de publicação do estudo, título, objetivo do estudo e os principais resultados encontrados.

QUADRO 1 - Síntese dos principais resultados encontrados.

ANO	TÍTULO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
2021	Mulheres transexuais e a experiência com o SUS: possibilidades e desafios	Acessar e analisar a vivência de mulheres transexuais em relação à atenção em saúde pela política do SUS	Destacou-se a insatisfação das participantes com os profissionais dos diversos serviços de atenção em saúde e o impacto desse impasse na construção de suas identidades. De modo geral, as experiências relatadas demonstram que a saúde dentro do contexto vivenciado por essas mulheres é um dispositivo de exclusão, revelando que apesar da presença de políticas públicas voltadas à atenção à saúde da população LGBT ainda é recorrente a dificuldade de acesso aos tratamentos e cuidados em saúde.
2022	A saúde das mulheres lésbicas e bissexuais: ausências e direitos humanos no município de Belford Roxo/RJ	Analisar as representações, percepções e práticas de atendimentos prestados às lésbicas e bissexuais por profissionais da saúde, nas unidades de atendimento no município de Belford Roxo/RJ	Constatou-se que existe uma invisibilidade, um processo de invisibilização das mulheres lésbicas e bissexuais nos serviços de saúde prestados à população no município de Belford Roxo. As unidades de saúde encontram-se ainda fragilizadas e sem um processo estrutural capaz de nortear os acessos de mulheres lésbicas e bissexuais e os atendimentos por parte dos profissionais de saúde.
2022	O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde	Compreender aspectos práticos relacionados ao acesso e ao cuidado da população LGBT	Observou-se que apesar de os profissionais conhecerem a temática, eles usam estratégias discursivas que velam seus preconceitos e resistências, dificultando o reconhecimento das possibilidades de agência na transformação dessa realidade.
2023	Impactos nas políticas públicas direcionadas para pessoas trans no Brasil, ilustrada através da justiça como práxis: uma revisão integrativa	Compreender a mobilização política e social que envolve questões como o processo transexualizador e despatologização da transexualidade	Apontaram-se promoções e violações dos funcionamentos básicos das pessoas trans. Foram pontuados a dificuldade de acessar os serviços, os poucos existentes no país. Além da falta de medicamentos hormonais distribuídos pelo SUS são negativos à saúde, pois violam os funcionamentos básicos envolvidos desses sujeitos.
2024	Acesso da população LGBT aos serviços de Atenção Primária à Saúde em uma cidade do interior baiano	Analisar o acesso da população LGBT às Unidades Básicas de Saúde do município de Senhor do Bonfim, Bahia	Os resultados apontaram fragilidades no acolhimento da população LGBT nos serviços de atenção básica à saúde. As pessoas LGBT participantes apontam experiências com profissionais desqualificados para atender suas necessidades e seus anseios, além do convívio cotidiano com preconceito, discriminação, estigma e desrespeito. Os padrões sociais instituídos socialmente influenciam negativamente na inclusão das pessoas LGBT nos serviços.
2025	Avanços e desafios no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro	Analisar os avanços e desafios do processo transexualizador no SUS	Percebeu-se que os estigmas e preconceitos associados à bissexualidade formam barreiras ao acesso das mulheres bissexuais aos serviços de saúde, levando a prejuízos na saúde física, mental, sexual e reprodutiva. A trajetória política da bissexualidade no Brasil e no mundo é envolta por lutas e resistências diante da lógica monossexista e heteronormativa que opera para deslegitimá-la no campo social e científico.
2025	Análise da produção científica sobre a saúde de mulheres bissexuais	Mapear como a saúde de mulheres bissexuais é abordada nas produções científicas no contexto dos serviços de saúde	Foram identificadas fragilidades, como despreparo dos profissionais de saúde, estigmas sociais, diagnóstico clínico como propulsor de patologização e baixa cobertura hospitalar. A regulamentação e disponibilidade do Processo Transexualizador no SUS trouxeram ganhos para o público trans, mas é necessário ampliar o acesso aos serviços e melhorar as condutas estigmatizantes para garantir que essas pessoas se sintam acolhidas em todo o seu contexto biopsicossocial.

Fonte: Autores (2026)

Ao considerar os sete artigos escolhidos para síntese das análises, conforme os critérios de inclusão, todos eram estudos realizados no Brasil. Em síntese, três estudos versam sobre a saúde e acesso das mulheres lésbicas, bissexuais e transgênero (LBT), dois abordavam o processo transexualizador no SUS e dois sobre a população LGBT+ de modo ampliado. Esses, retratam resultados a partir da visualização do acesso dessa população aos serviços de saúde.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres LBT perpassam diversas interseccionalidades que influenciam no cuidado. Inicialmente, a fragilidade estrutural nas unidades de saúde e a insatisfação com o processo de cuidado é uma regra geral. Ainda, o processo de

invisibilização nos serviços de saúde é contínuo e extremamente negativo na condução e construção das identidades (Miskolci; Pereira, 2022).

Apesar dos profissionais da Atenção Primária à Saúde tentarem buscar inovação, as diretrizes para atendimento adequado à população LGBTQIAPN+ de modo geral não são explícitas e estruturadas. Além disso, as resistências de mudança dos profissionais dificultam a transformação da realidade, o que acaba perpetuando o preconceito velado existente nos serviços além de perpetuar uma realidade que dificulta o acesso aos serviços de saúde de modo geral, além da violação dos direitos básicos (Freitas *et al.*, 2024).

O pouco preparo profissional constitui o principal fator de afastamento da população, essa atecnia diz respeito ao pouco saber fazer da profissão seja em estratégias de inclusão no acolhimento, nas consultas, na assistência, no acompanhamento, que perpassa a faixa do profissionalismo, com a necessidade de mudança das condutas estigmatizantes, patologizantes e ampliação do acolhimento biopsicossocial (Reisner *et al.*, 2016; Boldrin *et al.*, 2025).

Apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais há mais de 10 anos, as vulnerabilidades se mantêm mesmo com a implementação da política ou a ideia desta. A falta de acolhimento, a perpetuação de preconceitos, discriminação e o estigma nos atendimentos, afastam ainda mais toda a população LGBTQ+, assim, dificultando ainda mais a possibilidade de acesso aos demais serviços existentes que acolham e integrem o cuidado (Pereira e Simas, 2023).

A dificuldade de encaminhamentos, de um acolhimento devido, de acesso a serviços à comunidade, ainda mais quando se refere ao processo transexualizador, dificulta a inclusão, os encaminhamentos e faz com que os usuários busquem outras vias de cuidados e de acesso, tais como o uso clandestino de medicamentos e procedimentos. A violência institucional, a falta de vínculo com atenção primária, dificuldade de atenção especializada ainda é a narrativa do acesso das pessoas transgênero do Brasil (Petry, 2015; Jesus *et al.*, 2023).

Além disso, a falta de medicamentos voltados para a população, ainda mais quando se refere especificamente à população transgênero, quando não há uma facilidade a acesso ao processo transexualizador ou ainda, a disponibilização de medicamentos hormonais ou garantia de suporte a saúde mental, alimentação e moradia pelo SUS prejudica a completude do cuidado e a garantia da equidade (Araujo *et al.*, 2025).

Isso posto, a população fica à margem do cuidado, não acessa os serviços, e apesar de ter o direito pleno à saúde que deveria ser garantido conforme as diretrizes do SUS. Com isso, cada vez mais, estigmas e preconceitos formam mais barreiras de acesso, causando prejuízos e malefícios à saúde física, mental, sexual e reprodutiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão permitiu a compreensão acerca do direito ao acesso à saúde da população LGBTQIAPN+, porém, apesar do avanço da existência de uma Política de Saúde para a população e da existência de serviços que atuam nos cuidados específicos ao que se refere ao processo transexualizador, o acesso é prejudicado e não há a garantia da prestação do serviço embora ele seja, um direito fundamental de saúde. Apesar da existência da Política de Saúde da População LGBTI+ há mais de 10 anos, a pouca atenção dos profissionais somada à lgbtfobia e o preconceito velado seguem afastando a população dos serviços de saúde.

Com isso, os desafios em saúde da população LGBTQIAPN+ exigem reflexões teóricas e práticas sobre direitos humanos e acesso equânime aos serviços de saúde. Identificar as demandas específicas é essencial para redução das vulnerabilidades e promoção do acesso à saúde. Embora a população LGBTI+ seja um grupo ainda ignorado aos olhos da sociedade, é necessário que políticas e práticas de saúde promovam atenção integral, inclusiva e sensível à diversidade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Helen M. C. de; VIANA, Camila C. V.; OLIVEIRA, Patricia de; ZOCCRATTO, Keli B. F. Desafios do Processo Transexualizador no SUS: a atuação do judiciário frente à demanda. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 14, n. 1, p. 94–107, 2025. Acesso em: 05 set. 2025.

BOLDRIN, Vanessa da C.; COELHO, Ruan D. R.; ALVES, Leticia C.; TEIXEIRA, Edenilson de S.; BERNARDO, Sheila R. de S.; COSTA Anacely G. Avanços e desafios no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e10912023, 2025. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

CAMPOS, Daniela M.; LIMA, Silnéria E. da S.; FREITAS, Adriana C. de. Under the rainbow: lesbian and bisexual women's perspectives on health and disease. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, e210432pt, 2024. Acesso em: 05 set. 2025.

COSTA-VAL, Ana; MANGANELLI, Mariana de S.; MORAES, Vitor M. F. de; CANO-PRAIS, Hugo A.; RIBEIRO, Gustavo M. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, e320207, 2022. Acesso em: 05 set. 2025.

CRUVINEL, Clarissa; LEMOS, Danyel da S.; MELLO, Vitor H. E. de; MONTEIRO, Janne C.; ORFÃO, Nathalia H. Trans and diverse gender population: access to health services in Brazil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, e19069, 2023. Acesso em: 05 set. 2025.

FREITAS, Flávia L. S.; BERMÚDEZ, Ximena P. C. D., Merchán-Hamann, E.; SANTOS, Adriano S. D. dos; VIEIRA, Victor F. Social and programmatic vulnerability in the context of transgender people's health: a scoping review of scientific evidence from Brazil. **International Journal for Equity in Health**, London, v. 23, n. 59, p. 272, 2024. Acesso em: 05 set. 2025.

JESUS, Maria K. M. R. de; MORÉ, Isabella A. A.; QUERINO, Rosimar A.; OLIVEIRA, Vitor H. de. Experiências de mulheres transexuais no sistema de saúde: visibilidade em direção à equidade. **Interface**, Botucatu, v. 27, e220369, 2023. Acesso em: 05 set. 2025.

MARTINS, Lais B. Impactos nas políticas públicas direcionadas para pessoas trans no Brasil, ilustrada através da justiça como práxis: uma revisão integrativa. **UERJ.BR**, 2023. Acesso em: 05 set. 2025.

MISKOLCI, Richard; SIGNORELLI, Marcos. C.; CANAVESE, Daniel; TEIXEIRA, Flavia do B.; POLIDORO, Mauricio; MORETTI-PIRES, Rodrigo O.; SOUZA, Mharta H. T. de.; PEREIRA, Pedro. P. G. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3815-3824, 2022. Acesso em: 05 set. 2025.

MOTA, Alice T.; ANDRADE, Denisson dos S.; GALLOTTI, Fernanda C. M.; BARROS, Fernanda D.; GONZAGA, Letícia F.; FEITOSA, Luanna; PASSOS, Taciana S. Adesão ao rastreamento do câncer de colo de útero na população trans: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 32, n. 1, p. 50-59, 2021. Acesso em: 05 set. 2025.

PEREIRA, Diogo F.; SIMAS, Laís F. O papel da psicologia no processo transexualizador do SUS: desafios e impactos sofridos por pessoas transexuais. **Diversidade e Educação**, v. 11, n. 2, p. 645-668, 2023. Acesso em: 05 set. 2025.

PEREIRA, Maria E. D.; SILVA, Gisele P. da; TORRES, Marck de S.; FERREIRA, Breno de O. Análise da produção científica sobre a saúde de mulheres bissexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 35, n. 1, e350105, 2025. Acesso em: 05 set. 2025.

PETRY, Ana R. Mulheres transexuais e o Processo Transexualizador: experiências de sujeição, padecimento e prazer na adequação do corpo. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 70-5, 2015. Acesso em: 05 set. 2025.

REISNER, Sari L.; POTEAT, Tonia; KEATLEY, Joanne; CABRAL, Mauro; MOTHOPENG, T; DUNHAM, Emilia; HOLLAND, Claire E.; MAX, Ryan; BARAL, Stefan D. Global health burden and needs of transgender populations: a review. **The Lancet, London**, v. 388, n. 10042, p. 412-436, 2016. Acesso em: 05 set. 2025.

ROCON, Paulo C.; Wandekoken, Kallen D.; Barros, Maria E. B. de.; Duarte, Marco J. O.; Sodré, Francis. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, e0023469, 2020. Acesso em: 05 set. 2025.

SAMORA, Carla P. J.; RODRIGUES, Jéssica C. C.; ALMEIDA, Karen P. de O.; MADEIRA, Leticia A.; POTT, Eveline T. B. Mulheres transexuais e a experiência com o SUS: possibilidades e desafios. **J Health Sci Inst**. v. 39, n. 4, p. 267-72, 2021. Acesso em: 05 set. 2025.

SAMPAIO, Ana C. L.; COELHO, Jéssica dos S.; CONRADO, Paloma L. M.; LUNA, Valda L. M.; GALVÃO, Pauliana V. M.; CONRADO, George A. M. Prevenção do câncer de colo uterino em

homens transgêneros: desafios e novas perspectivas de rastreio. **Femina**, v. 51, n. 4, p. 245-249, 2023. Acesso em: 05 set. 2025.

SANTOS, Cintia M. C.; PIMENTA, Claudia A. M.; NOBRE, Maria R. C. The PICO strategy for the research question construction and evidence search. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, n. 3, p. 508–511, 2007. Acesso em: 05 set. 2025.

SANTOS, João F.; *et al.* Acesso da população LGBT aos serviços de Atenção Primária à Saúde em uma cidade do interior baiano. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 34, 1 jan. 2024. Acesso em: 05 set. 2025.

Recebido em: 16/09/2025
Aceito em: 19/02/2026